



Ano III, v.1 2023 | submissão: 22/02/2023 | aceite: 24/02/2023 | publicação: 26/02/2023

Projetos comunitários com crianças e adolescentes em vulnerabilidade: esporte, saúde e prevenção da violência

Community projects with vulnerable children and adolescents: sports, health, and violence prevention

Katia Gomes Araújo

Resumo

Este artigo analisa a contribuição de projetos comunitários baseados em esporte e atividades físicas para a proteção social de crianças e adolescentes em vulnerabilidade, com foco na promoção da saúde e na prevenção da violência. A partir de revisão narrativa de literatura, que reúne estudos brasileiros e internacionais publicados desde os anos 2000, são examinadas experiências de programas esportivos e de lazer em territórios periféricos. A literatura indica que projetos esportivos sociais podem atuar como fatores de proteção ao oferecer prática física regular, vínculos comunitários, oportunidades de participação juvenil e ações de educação em saúde. Observam-se impactos positivos sobre bem-estar físico, saúde mental, autoestima, competências socioemocionais, engajamento escolar e redução da exposição a situações de risco. Persistem, contudo, desafios como financiamento instável, ausência de avaliação sistemática e riscos de instrumentalização do esporte como mecanismo de controle, o que reforça a necessidade de articulação com políticas públicas intersetoriais.

Palavras-chave: esporte social; proteção social; promoção da saúde; prevenção da violência.

Abstract

This article examines how community-based sport and physical activity programmes contribute to the social protection of vulnerable children and adolescents, with an emphasis on health promotion and violence prevention. Drawing on a narrative literature review of Brazilian and international studies published since the 2000s, it analyses sport and leisure initiatives implemented in low-income neighbourhoods. The evidence suggests that social sport projects can function as protective factors by providing regular physical activity, fostering community bonds, creating opportunities for youth participation and offering health education. Reported outcomes include improvements in physical well-being, mental health, self-esteem, socio-emotional skills, school engagement and reduced exposure to risk situations. Recurrent challenges include unstable funding, limited evaluation and the risk of sport being instrumentalised as a form of control over poor youth. The article argues that these initiatives are most effective when embedded in intersectoral, rights-based public policies rather than treated as isolated responses to structural inequalities.

Keywords: social sport; social protection; health promotion; violence prevention.

1. Introdução: juventude, vulnerabilidade e violência

A adolescência é um período de transição marcado por mudanças biológicas, emocionais e sociais, no qual se intensifica a tensão entre processos de socialização e desigualdades estruturais. Estudos em saúde coletiva e psicologia social apontam que adolescentes residentes em territórios periféricos tendem a experimentar uma “vulnerabilidade acumulada”: convivem simultaneamente com pobreza, racismo estrutural, precariedade habitacional, baixa oferta de equipamentos públicos, violência armada e presença do tráfico de drogas.

Neste contexto, a violência não se restringe a eventos episódicos, mas integra o cotidiano por meio de homicídios, ameaças, conflitos interpessoais e violência institucional. Relatórios nacionais e internacionais sobre violência juvenil destacam que crianças e adolescentes pobres, negros e moradores de periferias e favelas figuram, de forma desproporcional, tanto entre as principais

Ano III, v.1 2023 | submissão: 22/02/2023 | aceito: 24/02/2023 | publicação: 26/02/2023

vítimas de homicídios quanto entre aqueles mais expostos à seletividade do sistema de justiça criminal.

Diante desse quadro, as respostas públicas não podem se limitar a estratégias repressivas ou centradas exclusivamente no sistema penal. Organismos como ONU, UNFPA, OMS e UNICEF vêm enfatizando a importância de políticas preventivas baseadas em educação, cultura, esporte, lazer e fortalecimento de redes comunitárias como caminhos centrais para reduzir a violência e ampliar fatores de proteção na juventude.

No Brasil, nas últimas décadas, multiplicaram-se projetos comunitários que utilizam o esporte e as atividades físicas como eixo de intervenção com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esses projetos assumem formatos variados: programas de extensão universitária em parceria com escolas e serviços de saúde; iniciativas de organizações não governamentais; ações promovidas por clubes, associações de moradores, igrejas e coletivos locais; ou ainda projetos governamentais desenvolvidos em equipamentos públicos de esporte e lazer. Estudos indicam que tais experiências podem produzir benefícios relevantes, desde que estruturadas em bases pedagógicas consistentes, com intencionalidade educativa explícita e articulação com a rede de proteção social.

O objetivo deste artigo é analisar, com base em revisão narrativa da literatura, de que modo projetos comunitários que articulam esporte, atividades físicas e ações socioeducativas contribuem para a promoção da saúde e a prevenção da violência entre crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade social. Busca-se, em particular:

- a) discutir o lugar do esporte na agenda de proteção social e de prevenção da violência juvenil;
- b) sintetizar evidências sobre impactos de projetos esportivos sociais em dimensões físicas, psíquicas e sociais;
- c) problematizar limites e desafios para sua consolidação como política pública.

2. Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de caráter qualitativo e descritivo-analítico. A revisão narrativa foi escolhida por permitir a articulação de diferentes tipos de estudos (relatos de experiência, pesquisas qualitativas, revisões de literatura e estudos quantitativos) e de áreas distintas (educação física, serviço social, saúde coletiva, psicologia), produzindo uma visão de conjunto sobre o tema.

Foram consultadas as bases SciELO, LILACS, Google Scholar e periódicos especializados, utilizando combinações de descritores em português, inglês e espanhol, tais como: “projetos sociais esportivos”, “esporte e vulnerabilidade social”, “adolescentes e violência”, “saúde mental e esporte”, “community-based sport programmes” e “youth violence prevention”.

Os critérios de inclusão privilegiaram:

- estudos publicados a partir de 2000;
- pesquisas que abordassem projetos esportivos ou de lazer voltados a crianças e adolescentes em vulnerabilidade;
- artigos que analisassem efeitos desses projetos sobre saúde, bem-estar, trajetórias escolares, vínculos familiares, prevenção da violência e/ou uso de drogas.

Foram excluídos estudos centrados exclusivamente em rendimento esportivo, alto desempenho ou contextos de clubes de elite, bem como trabalhos que tratavam apenas de atividade física escolar sem componente comunitário.

Além de artigos científicos, foram considerados relatórios técnicos de organismos internacionais, documentos de avaliação de programas governamentais e dissertações/teses que descrevem experiências de projetos comunitários com base em esporte. Entre as produções analisadas, destacam-se: revisão sobre projetos sociais esportivos para adolescentes em risco e vulnerabilidade; relatos de projetos de extensão universitária que articulam esporte, lazer e promoção de saúde mental; e estudos que investigam a importância de atividades esportivas para o desenvolvimento integral em bairros periféricos.

A análise seguiu etapas de leitura exploratória, seleção das produções mais diretamente relacionadas à temática e construção de eixos interpretativos. Três eixos principais organizaram a discussão: (1) juventude, vulnerabilidade e determinantes sociais da saúde; (2) esporte, desenvolvimento integral e fatores de proteção; (3) desafios e ambivalências dos projetos comunitários na prevenção da violência.

3. Juventude, vulnerabilidade e determinantes sociais da saúde

A noção de vulnerabilidade social remete a processos históricos e estruturais que produzem exposições desiguais a riscos e restringem o acesso a recursos e oportunidades. No caso de crianças e adolescentes, a vulnerabilidade se expressa na combinação entre pobreza, precariedade habitacional, inserção em territórios com baixa cobertura de políticas públicas, violências múltiplas (doméstica, comunitária, institucional) e discriminações associadas a raça, gênero e deficiência.

Pesquisas em saúde coletiva sobre saúde mental de crianças e adolescentes em países de renda média, como o Brasil, apontam prevalências importantes de transtornos psíquicos, sintomas de ansiedade e depressão, dificuldades de comportamento e uso problemático de substâncias entre adolescentes de contextos vulneráveis. Em muitos casos, há concomitância entre dificuldades de aprendizagem, abandono escolar, trabalho precoce e experiências de violência.

A literatura destaca que a exposição contínua à violência – seja como vítima, testemunha ou

Ano III, v.1 2023 | submissão: 22/02/2023 | aceito: 24/02/2023 | publicação: 26/02/2023

autor – impacta fortemente a construção da subjetividade, da autoestima e das expectativas de futuro. Ao mesmo tempo, evidências mostram que a presença de fatores de proteção, como vínculos familiares estáveis, acesso a espaços seguros de convivência, suporte social de adultos de referência e oportunidades de participação em atividades estruturadas, pode reduzir os efeitos deletérios da vulnerabilidade.

É nesse contexto que se insere a discussão sobre projetos comunitários com base em esporte e lazer. Tais projetos podem ser compreendidos como dispositivos que buscam ampliar o repertório de experiências positivas, fortalecer redes de apoio e criar rotinas organizadas para crianças e adolescentes, contribuindo para a produção de bem-estar e para a prevenção de trajetórias marcadas por violência, exclusão e envolvimento com o crime. Contudo, seu potencial não é automático: depende das concepções pedagógicas e políticas que os orientam, da qualidade das relações estabelecidas e da capacidade de articulação com o sistema de garantia de direitos.

4. Esporte, desenvolvimento integral e fatores de proteção

4.1. Esporte como recurso educativo e de saúde

Diversos estudos indicam que a prática regular de atividades físicas e esportivas na infância e na adolescência associa-se a benefícios que atravessam diferentes dimensões da vida: melhora do condicionamento cardiorrespiratório, maior controle de peso, aperfeiçoamento do desenvolvimento motor; ampliação da atenção, da disciplina e da capacidade de planejamento; além de ganhos psicossociais, como fortalecimento da autoestima, da cooperação e das habilidades de comunicação.

Em bairros periféricos, onde o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer é escasso ou inexistente, projetos comunitários assumem relevância particular ao criar oportunidades de prática esportiva em ambientes minimamente seguros e acompanhados por adultos de referência. Revisões de literatura sobre projetos sociais esportivos com crianças e adolescentes em situação de risco destacam, de forma recorrente, efeitos como: desenvolvimento de habilidades motoras e de coordenação; ampliação de competências sociais, incluindo trabalho em equipe e respeito a regras compartilhadas; reforço da autoestima e do senso de pertencimento a um grupo; e estímulo à permanência escolar, com consequente reorganização das rotinas cotidianas.

Para além dos resultados individuais, estudos em saúde pública apontam que a existência de espaços comunitários destinados ao esporte e ao lazer se relaciona à melhoria da percepção de segurança entre moradores, ao aumento da circulação em áreas anteriormente monopolizadas por atividades ilícitas e à valorização de praças, quadras e campos enquanto patrimônios coletivos do território.

Ano III, v.1 2023 | submissão: 22/02/2023 | aceito: 24/02/2023 | publicação: 26/02/2023

4.2. Projetos esportivos sociais: arranjos e modalidades

Os projetos descritos na literatura assumem desenhos institucionais diversos. Parte deles é desenvolvida por universidades, no âmbito da extensão, articulando intervenção comunitária, formação de estudantes e produção de conhecimento. Outros são conduzidos por organizações não governamentais, frequentemente em parceria com escolas públicas, serviços socioassistenciais ou unidades de saúde. Há, ainda, iniciativas vinculadas diretamente a políticas públicas de esporte, cultura e lazer, financiadas por orçamentos municipais, estaduais ou federais.

No que se refere às modalidades, o futebol permanece predominante, mas há experiências relevantes com artes marciais, atletismo, dança, ginásticas, jogos cooperativos e propostas de lazer em sentido ampliado, que incluem brincadeiras tradicionais, oficinas de movimento, trilhas e atividades aquáticas. A literatura tende a convergir em um ponto: mais do que a modalidade em si, o que diferencia os projetos é a intencionalidade pedagógica que os sustenta.

Podem ser identificados, de forma sintética, três grandes orientações:

- projetos com foco principalmente recreativo, que se restringem à oferta de atividades físicas sem necessariamente problematizar desigualdades, violência ou direitos;
- projetos com enfoque educativo-crítico, que articulam o esporte a discussões sobre cidadania, gênero, raça, saúde, uso de drogas e projeto de vida, envolvendo também ações com famílias e com a rede de serviços;
- projetos marcados por uma lógica assistencialista ou de “resgate”, que, ao apresentar o esporte como única via de “salvação” individual, correm o risco de reproduzir estigmas sobre juventudes pobres e de obscurecer as dimensões estruturais da desigualdade.

A produção crítica sobre esporte e cidadania alerta para o perigo de transformar projetos esportivos em instrumentos de controle social, nos quais adolescentes são mantidos ocupados apenas para “não ficarem na rua”, sem espaço real para participação, voz e decisão. Nesse sentido, enfatiza-se a importância de que iniciativas comunitárias sejam concebidas e conduzidas em diálogo com os próprios jovens e suas famílias, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e como coautores das propostas, e não apenas como destinatários passivos de ações tuteladas.

5. Esporte, saúde mental e prevenção da violência

5.1. Saúde mental e bem-estar psicossocial

Relatos de experiências em projetos de extensão universitária que articulam esporte, lazer e educação em saúde com adolescentes em risco psicossocial evidenciam a contribuição dessas iniciativas para a promoção da saúde mental. Em um projeto de extensão voltado à promoção de saúde mental por meio de atividades esportivas e de lazer, observou-se melhora na qualidade de vida, ampliação da interação social, estímulo a competências psicomotoras e fortalecimento de vínculos

Ano III, v.1 2023 | submissão: 22/02/2023 | aceito: 24/02/2023 | publicação: 26/02/2023
entre adolescentes, famílias e profissionais envolvidos.

Os autores destacam que a presença de uma rede de cuidados articulada – envolvendo escola, serviços de saúde, equipamentos de esporte e lazer, organizações religiosas e comunitárias – é elemento central para que a prática esportiva se converta em fator de proteção. Em vez de atuar isoladamente, os projetos precisam dialogar com o Sistema Único de Saúde (SUS), com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com o sistema educacional, de forma a identificar precocemente situações de sofrimento psíquico, violência doméstica ou uso problemático de substâncias, encaminhando-as adequadamente.

5.2. Rotina, pertencimento e tempo social

Estudos que analisam rotinas de adolescentes em territórios populares mostram que, na ausência de atividades estruturadas, o “tempo ocioso” tende a ser ocupado por circuitos que envolvem permanência prolongada nas ruas, exposição a conflitos entre grupos rivais, contato com o tráfico e envolvimento em práticas de risco. A participação em projetos esportivos sociais introduz novos marcadores de tempo: dias e horários determinados para treinos, jogos, encontros de convivência, oficinas e eventos.

Essa reorganização das rotinas, embora não elimine a presença da violência no território, cria espaços regulares de convivência protegida. Adolescentes passam a se referir ao projeto como “meu time”, “minha turma”, “meu lugar”, indicando o surgimento de um senso de pertencimento que, segundo a literatura, está diretamente associado à redução de comportamentos de risco e ao aumento de comportamentos pró-sociais.

5.3. Violência, drogas e limites do potencial preventivo

É frequente que discursos públicos atribuam aos projetos esportivos uma expectativa quase “salvacionista”: acredita-se que o esporte “retira os jovens das drogas” ou “impede que entrem para o crime”. Revisões críticas advertem contra essa visão simplificadora. Pesquisas mostram que, ainda que programas comunitários de esporte possam contribuir para reduzir comportamentos violentos e melhorar indicadores de bem-estar, seus efeitos são, em geral, modestos e condicionados à qualidade da implementação, à intensidade das atividades e ao contexto social mais amplo.

Relatórios internacionais sobre prevenção da violência juvenil por meio de programas comunitários apontam que intervenções baseadas em esporte obtêm melhores resultados quando combinadas com:

- ações de desenvolvimento de habilidades de vida (life skills), como resolução de conflitos, tomada de decisão, pensamento crítico;
- acompanhamento psicossocial individual ou em grupo;
- envolvimento ativo de famílias e comunidade;



Ano III, v.1 2023 | submissão: 22/02/2023 | aceito: 24/02/2023 | publicação: 26/02/2023

- articulação com políticas de proteção social, educação e saúde.

Quando essas condições não estão presentes, há risco de que os efeitos positivos se limitem ao período de participação ativa nas atividades, com pouca sustentabilidade ao longo do tempo. Além disso, a própria continuidade dos projetos é frequentemente ameaçada por cortes de recursos, mudanças de gestão e precariedade institucional.

6. Desafios institucionais e lições para políticas públicas

A literatura analisada aponta um conjunto de desafios que atravessam projetos comunitários de esporte voltados a crianças e adolescentes em vulnerabilidade:

Financiamento instável e descontinuidade

Muitos projetos dependem de editais de curto prazo, doações pontuais ou parcerias frágeis, o que dificulta o planejamento de longo prazo, a manutenção de equipes qualificadas e a avaliação sistemática dos resultados.

Formação das equipes

A atuação em territórios vulneráveis exige profissionais que dominem não apenas conteúdos técnicos de educação física, mas também referenciais de direitos humanos, proteção integral, relações étnico-raciais, gênero, saúde mental e políticas públicas. Estudos assinalam que a qualificação contínua de educadores sociais, professores de educação física e demais profissionais é condição essencial para que o esporte seja trabalhado de forma crítica e não reprodutiva de estigmas.

Articulação em rede

Projetos esportivos sociais de maior impacto são aqueles inseridos em redes intersetoriais que envolvem CRAS, CREAS, escolas, unidades de saúde, conselhos tutelares e organizações comunitárias. A ausência dessa articulação tende a isolar as iniciativas, reforçando a percepção de que se trata de “projetos isolados” e não de componentes de uma política pública estruturada.

Participação e protagonismo juvenil

Uma crítica recorrente refere-se à pouca participação de crianças e adolescentes na definição de regras, atividades e prioridades dos projetos. Iniciativas que abrem espaço para assembleias, comissões de jovens, definição coletiva de campeonatos e intervenções no território tendem a produzir maior engajamento e a fortalecer o protagonismo juvenil como dimensão da prevenção da violência.



Avaliação e monitoramento

Revisões destacam a escassez de estudos que utilizem desenhos de avaliação pré e pós-intervenção, com indicadores consistentes de impacto em dimensões como desempenho escolar, saúde mental, envolvimento em situações de violência e inserção social. Há consenso de que o campo carece de instrumentos e metodologias de avaliação mais sistemáticos, capazes de subsidiar decisões de política pública e de financiamento.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados apontam para a necessidade de incorporar os projetos comunitários esportivos em marcos normativos e financeiros estáveis, vinculando-os a planos municipais e estaduais de esporte e lazer, bem como a planos setoriais de prevenção da violência, garantia de direitos e promoção da saúde.

7. Considerações finais

A revisão realizada permite afirmar que projetos comunitários que articulam esporte, atividades físicas e ações socioeducativas podem funcionar como importantes dispositivos de proteção para crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade social, sobretudo quando se inscrevem em uma perspectiva intersetorial e de garantia de direitos. Os estudos analisados descrevem efeitos recorrentes, como melhora de indicadores de saúde física e bem-estar, fortalecimento da autoestima e de competências socioemocionais voltadas à cooperação e à convivência, criação de rotinas e de espaços minimamente seguros em territórios marcados pela violência, ampliação de vínculos entre pares, famílias, educadores e instituições e abertura de possibilidades de trajetória que se afastam, ainda que de modo não linear e nem sempre duradouro, do envolvimento com atividades ilícitas e de outras formas de exposição ao risco. Esses elementos sugerem que, quando bem estruturados, os projetos esportivos sociais podem ampliar margens de escolha, produzir experiências positivas de pertencimento e contribuir para reorganizar o cotidiano de meninos e meninas que vivem em situações de intensa precariedade.

Ao mesmo tempo, a literatura é insistente em advertir que esse potencial não deve ser tomado de forma romântica ou descolada das condições estruturais que produzem vulnerabilidade. Projetos esportivos comunitários não substituem políticas de enfrentamento da pobreza, do racismo estrutural, da violência institucional e da precarização de serviços públicos; tampouco dão conta, sozinhos, de reverter padrões históricos de exclusão. Seus efeitos dependem da qualidade do desenho pedagógico, da consistência da implementação, da estabilidade institucional, da existência de financiamento contínuo e da capacidade de diálogo com redes de proteção e com políticas setoriais de esporte, assistência social, saúde e educação. Quando essas condições não estão presentes, há o risco de que



Ano III, v.1 2023 | submissão: 22/02/2023 | aceito: 24/02/2023 | publicação: 26/02/2023

iniciativas bem-intencionadas se convertam em ações pontuais, de curto alcance, ou mesmo em estratégias de controle sobre juventudes pobres, centradas na ideia de “ocupar o tempo” sem efetiva participação dos sujeitos.

Para o serviço social e para as demais profissões envolvidas, os estudos apontam a necessidade de investir na construção de projetos político-pedagógicos que articulem esporte, direitos e participação, evitando tanto abordagens meramente recreativas quanto discursos moralizantes de “resgate” individual; de fortalecer a atuação em rede, reconhecendo os projetos esportivos como parte da política de proteção social e não como arranjos paralelos que aliviam, de forma compensatória, a ausência do Estado; e de produzir registros, sistematizações e pesquisas que tornem visíveis processos, tensões e resultados, alimentando o debate público e a incidência em defesa de políticas estruturadas de esporte e lazer para crianças e adolescentes. Do ponto de vista da agenda de investigação, colocam-se como relevantes estudos que aprofundem as interseccionalidades de gênero, raça, território e deficiência na participação e nos resultados desses projetos, que utilizem metodologias mistas para acompanhar impactos de médio e longo prazo e que comparem diferentes modelos de intervenção – governamentais, comunitários, universitários – em contextos diversos do país. Se o esporte não é solução mágica para problemas estruturais, a literatura indica que, apropriado criticamente por comunidades, políticas públicas e profissionais, pode compor uma tessitura de experiências de cuidado, convivência e participação que disputa, no cotidiano, o lugar que hoje é ocupado pela violência, pela estigmatização e pela exclusão na vida de muitos meninos e meninas.

Referências

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q.; PESCE, R. P.; XIMENES, L. F. *Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 349–361, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DIAS DA SILVA, É.; MIRANDA JÚNIOR, M. V. *A importância das atividades físicas e esportivas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em bairros periféricos*. RENEF – Revista Eletrônica Nacional de Educação Física, Montes Claros, v. 7, n. 11, p. 57–67, 2025.

EIRAS, S. B. et al. *Projetos sociais esportivos: quais os objetivos de quem oferta e quem pratica?* Revista Digital – EFDeportes.com, Buenos Aires, v. 14, n. 138, 2009.

GOMES DA NÓBREGA, K. B. et al. *Esporte e lazer na promoção da saúde mental de adolescentes em situação de vulnerabilidade social*. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 13228–13241, 2020.

MEIRELES, L. G. V. et al. *Projetos esportivos sociais para adolescentes no Brasil: impactos, implicações e barreiras*. Caderno de Educação Física e Esporte, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, p. 77–82, 2020.



Ano III, v.1 2023 | submissão: 22/02/2023 | aceito: 24/02/2023 | publicação: 26/02/2023

MELLO, M. P. de. *Lazer, esporte e cidadania: debatendo a nova moda do momento*. Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 11–31, 2004.

MOTA, D. X. *O significado do esporte em um projeto de esporte educacional da periferia de Fortaleza*. 2017. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

NETO, E. D. C.; DANTAS, M. M. C.; MAIA, E. M. C. *Benefícios dos projetos sociais esportivos em crianças e adolescentes*. Saúde & Transformação Social, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 109–117, 2015.

PINTO, R.-M. N.; OLIVEIRA, C. B. *Esporte, infância e juventude despossuída: uma análise das ONG's como acontecimento discursivo*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 39–48, 2017.

QUEIROZ, A. R. *Podcast caixa preta: o esporte como ferramenta transformadora na vida de crianças e adolescentes das regiões periféricas de Goiânia e região metropolitana*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

RIBEIRO, M. C. S. de A.; BARATA, R. B. *Saúde: vulnerabilidade social, vizinhança e atividade física*. Cadernos MetrÓpole, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 401–420, 2016.

SOARES, I. S.; RODRIGUES, G. M. M. *A relevância dos projetos sociais esportivos para crianças em situação de risco e vulnerabilidade*. Real: Revista de Educação, Administração e Linguagem, Brasília, v. 1, n. 1, 2022.

TORRI, D.; VAZ, A. F. *Do centro à periferia: sobre a presença da teoria crítica do esporte no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 185–200, 2006.